



Estado da Paraíba  
Câmara Municipal de Campina Grande  
Casa de Félix Araújo

PROJETO DE LEI Nº 059/2016

060

Em 23de 03 de 2016

AUTOR: JOÃO DANTAS.

Ementa

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A INSEJEC  
IGREJA NACIONAL DO NOSSO SENHOR JESUS CRISTO  
EM CAMPINA GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Distribuição

03-01-2011

a Comissão de REDAÇÃO E JUSTIÇA.  
para parecer

S.S. Câmara Municipal 23 de 03 de 2016

Presidente

Secretário

1ª Votação

Aprovado em Sessão de 18 de 05 de 2016

Presidente

Secretário

2ª Votação

Aprovado em Sessão de 18 de 05 de 2016

Presidente

Secretário

Redação Final

Aprovado em Sessão de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Presidente

Secretário

Art. 39 - A Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo em Campina Grande só poderá dissolver-se na forma da lei, por recomendação do Conselho Ministerial, ouvido o Conselho de Bispos da INSEJEC, pela deliberação de pelo menos três quartos (3/4) dos discípulos civilmente capazes e em plena comunhão com a Igreja, em Assembleia especialmente convocada para este fim, com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, sendo que em tal hipótese, os bens da Igreja, liquidado o passivo, serão entregues à Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os bens de que trata este artigo, serão arrecadados pelos destinatários, após a dissolução da Igreja.

## CAPÍTULO XII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 - A Igreja, para agilizar e alcançar suas finalidades poderá, se assim o quiser, criar interna ou externamente, tantas Comissões, Organizações - tais como Organizações Não Governamentais, Institutos, Fundações, Escolas - quantas forem necessárias, de acordo com este Estatuto e disciplinadas pelos respectivos Regimentos Internos.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Igreja poderá, no pleno atendimento dos seus fins, criar, estabelecer, manter, subvencionar ou administrar Entidades que promovam socialmente o homem, nas áreas da educação, cultura, recreação ou saúde, exercendo multiministérios em trabalho próprio ou através de convênios.

Art. 41 - As disposições da Constituição da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo regularão os casos omissos e revogarão os pontos que porventura lhe forem contrários no presente Estatuto.

Art. 42 - Fica eleito o foro da comarca de Campina Grande, Paraíba para dirimir quaisquer questões pertinentes a este Estatuto.

-Aprovado na Assembleia de 26 de Dezembro de 2010

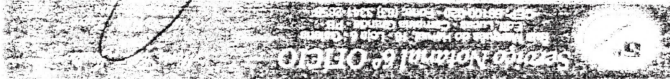
Presidente

Rivanda Alves da Silva - CPF 007582284/90

Maria Enelde Ramos de Brito Santiago-CPF

Secretaria

885863164-15



Reconheço por semelhança a firma de:  
RIVANDA ALVES DA SILVA  
Campina Grande - PB, 03/01/2011 - 11:35  
Em testemunho  
Mm. [Signature]  
Melia Maria Lucas - Tabelia Substituia



OFÍCIO DE NOTAS  
Campina Grande - Paraíba

27 JUL. 2011

AUTENTICO este documento em  
fornecendo original que me foi expedido. Dou fe.  
Melia Maria Lucas - Tabelia Substituia

Maria Enelde R. de Brito  
Advogada  
OAB-PB Nº 12691



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
"CASA DE FÉLIX DE ARAÚJO"  
GABINETE DO VEREADOR JOÃO DANTAS**

Câmara Municipal de Campina Grande

RECEBIDO

Em 23/03/2016 às 10:24hs

Sandra Melo

ASSINATURA

**PROJETO DE LEI Nº. 059 DE 23 DE MARÇO DE 2016.**

**RECONHECE DE UTILIDADE  
PÚBLICA A INSEJEC - IGREJA  
NACIONAL DO NOSSO SENHOR  
JESUS CRISTO EM CAMPINA  
GRANDE E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

**Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a INSEJEC - IGREJA NACIONAL DO NOSSO SENHOR JESUS CRISTO EM CAMPINA GRANDE.**

**Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**JOÃO DANTAS**  
Vereador (PSD)



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
"CASA DE FÉLIX DE ARAÚJO"  
GABINETE DO VEREADOR JOÃO DANTAS**

**JUSTIFICATIVA**

**Senhora Vereadora,  
Senhores Vereadores,**

A Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo – INSEJEC, é uma Igreja Cristã Evangélica Carismática, herdeira dos valores da Reforma Protestante e dos moveres de Deus na Igreja, restaurando verdades esquecidas nos últimos séculos, buscando firmemente viver os valores da Igreja em Jerusalém, revelados em Atos dos Apóstolos. Subscrive as declarações de fé bíblicas, que foram elaboradas no decorrer dos primeiros séculos do Cristianismo, assumindo integralmente as declarações de fé do Credo Apostólico e recomendando a sua memorização por parte de todos os discípulos.

A INSEJEC é extensão eclesial do Ministério Palavra da Fé, fundado em cinco de dezembro de mil novecentos e oitenta e sete, em Recife-PE, e desenvolve seu ministério como uma federação de igrejas locais autônomas, unidas por uma visão. Fundada em 20 de junho de 1994, encontra-se atualmente em dezenove Estados e cinco nações, com células em mais três países.

Em sua estrutura, a INSEJEC é uma Igreja em células. Seu sistema de governo é apostólico-participativo.

Em Campina Grande, a INSEJEC tem como presidente a Apóstola Rivanda Alves da Silva e tendo como vice-presidente, o pastor José Bezerra da Silva.

Rivanda Alves da Silva nasceu em 03/07/1952; na cidade de Campina Grande/PB. Ela é Apóstola e Profeta, fundadora e pastora sênior da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (INSEJEC) em Campina Grande/PB, e com onze igrejas filhas.

Casada com o Pastor José Bezerra da Silva, tem três filhos. Um dos poucos casos no Brasil onde apenas a mulher foi chamada ao ofício apostólico. Engenheiro Civil, Pr. José é catedrático na Faculdade de Engenharia, e comanda a construção de um templo para dez mil pessoas. Rivanda é presidente da ONG Semear, aberta em 2004 como Semear Cultura Teatral, para promover a inserção social de adolescentes e jovens de comunidades carentes, que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, através, a princípio, do estudo das artes cênicas, depois incluindo cursos de corte e costura e oficinas de artesanato e pintura, e prática de jiu-jitsu e judô, além de pretender implantar novos cursos. É formada em Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba e apresenta o programa de TV Lares de Paz. José e Rivanda fazem parte do Conselho Apostólico da INSEJEC, fundada em 1994, sediada em Brasília/DF, e presidida pela Apóstola Valnice Milhomens.

Rivanda foi reconhecida e ungida apóstola na Conferência Líder que Transforma na Embaixada Sara Nossa Terra em Brasília/DF, em 5 de maio de 2006, junto com Marcel Alexandre, Lamartine Posella, José Ildson Viana Barbosa, João Staub, Paulo Henrique Oliveira, José Carlos Lins, entre outros.

Atualmente a INSEJEC na Paraíba possui 11 congregações no estado, todas elas sob a liderança da igreja matriz em Campina Grande:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**"CASA DE FÉLIX DE ARAÚJO"**  
**GABINETE DO VEREADOR JOÃO DANTAS**

**INSEJEC em Araruna**  
**(Congregação da INSEJEC Campina Grande)**  
Pr. Josinaldo e Maria de Lourdes Pontes  
Rua Padre Targino Sobrinho, 144

**INSEJEC em Boa Vista**  
**(Congregação da INSEJEC Campina Grande)**  
Pra. Glória Lúcia Monteiro Regis  
Rua Teófilo Sobreira Leite, 76

**INSEJEC em Itatuba**  
**(Congregação da INSEJEC Campina Grande)**  
Pr. Mequisedeque e Cícera Campos  
Rua Maurino Rodrigues, S/N

**INSEJEC em Prata**  
**(Congregação da INSEJEC Campina Grande)**  
Pva. Antonia Pricila Sousa de Lima  
Rua Projetada S/N

**INSEJEC em Queimadas**  
**(Congregação da INSEJEC Campina Grande)**  
Pvs. Richard e Ana Lúcia Maracajá  
Rua Manoel Pereira Menezes, 111

**INSEJEC em São Bento**  
**(Congregação da INSEJEC Campina Grande)**  
Prs. Cícero Honório e Amara da Silva  
Endereço: Rua João Pinto Rodrigues, 381

**INSEJEC em Lagoa de Roça**  
**(Congregação da INSEJEC Campina Grande)**  
Pvs. Joselito e Aletusa Acioli  
Pva. Verônica Ferreira de Souza  
Endereço: Rua Faustino Moura, s/n

**INSEJEC em Sousa**  
**(Congregação da INSEJEC Campina Grande)**  
Prs Emanuel e Rita de Cássia Jesus Furtado  
Endereço: Rua Raimundo Braga Rolim

**INSEJEC em Solânea**  
**(Congregação da INSEJEC Campina Grande)**  
Pva. Maria Lúcia Teixeira Vaz  
Rua Tancredo Neves, 225

**JOÃO DANTAS**  
Vereador (PSD)  
Autor da Propositura




Receita Federal

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>07.072.083/0001-73</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>20/10/2004</b>
NOME EMPRESARIAL <b>IGREJA NACIONAL DO SENHOR JESUS CRISTO EM CAMPINA GRANDE</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>INSEJEC</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>AV : MANOEL TAVARES</b>	NÚMERO <b>1400</b>	COMPLEMENTO	
CEP <b>58.103-025</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ALTO BRANCO</b>	MUNICÍPIO <b>CAMPINA GRANDE</b>	UF <b>PB</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(83) 3226-457</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>20/10/2004</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 17/03/2016 às 10:21:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

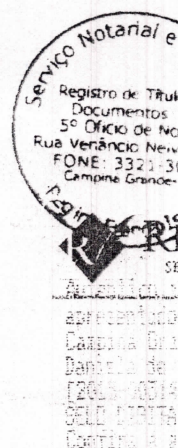
© Copyright Receita Federal do Brasil - 17/03/2016

## ATA NÚMERO 15



### IGREJA NACIONAL DO SENHOR JESUS CRISTO EM CAMPINA GRANDE

Ata da Oitava Assembléia Geral da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo em Campina Grande, realizada em seu templo situado na Avenida Manuel Tavares, 1400, Alto Branco em Campina Grande, Estado da Paraíba, aos três de Maio de dois mil e quinze, com a presença de 268 membros cujos nomes seguem abaixo assinados, tendo como presidente a Apóstola Rivanda Alves da Silva. Às vinte horas, o Vice-Presidente declarou iniciada a reunião, sendo secretariada por Artemísia Taciana Lima de França, apresentando a agenda e, ato contínuo, passando as deliberações como segue: **Diretoria do Conselho Ministerial e da Assembléia Geral:** Por aprovação unânime da Assembléia, a Diretoria do Conselho Ministerial e da Assembléia Geral passa a ter a seguinte composição: **Presidente – Rivanda Alves da Silva**, brasileira, casada, pastora evangélica, RG 259681 SSP-PB, CPF 007582284-90; **Vice-presidente – José Bezerra da Silva**, brasileiro, casado, pastor evangélico, RG 159226 SSP-PB, CPF 078460704-44, ambos residentes e domiciliados à Rua Salvino de Oliveira Neto, 015, Jardim Tavares, Cep 58402-040, Campina Grande-PB; **Secretário – Luciano José da Silva**, brasileiro, casado, Securitário, RG 3908-868 SSP –PB, CPF 665-944-644-34, Rua Augusto Travassos de Moura, 1198, Alto Branco, Cep 58401-755; **Tesoureiro – José Jailton Mendes da Silva**, brasileiro, casado, farmacêutico-bioquímico, RG 220179 – SSP-PB, CPF 86890914-91, Rua Fernandes Vieira, 1393, Mirante, Cep 58407-490, Campina Grande-PB. **Conselho Ministerial:** Passa a ser composto por: **Jacinta de Fátima Leal Cordeiro Mendes**, brasileira, casada, farmacêutica-bioquímica, RG 337559 – SSP-PB, CPF 141177115-15, residente e domiciliada à Rua Fernandes Vieira, 1393, Mirante, Cep 58407-490 Campina Grande-PB; **Joeci de Farias Lima**, brasileira, casada, aposentada, RG 239361 – SSP-PB, CPF 132630304-00, residente e domiciliada à Rua Giocondo Dias, 39, Catolé, Cep 58104-633, Campina Grande-PB; **Paulo Mauricio Fonseca Vieira**, brasileiro, casado, empresário, RG 079225 – SSP-PB, CPF 507272494-87, residente e domiciliado à Rua Newton Estilac Leal, 45, Aptº. 804 Alto Branco, Cep 58401- 750, Campina Grande-PB; **Vera Lúcia Nóbrega Barbosa**, brasileira, casada, pastora evangélica, RG 347911 – SSP-PB, CPF 188563494-34, residente e domiciliada à Rua Vigário Calixto, 2144, Apto. 204, Itararé, Cep 58411-070, Campina Grande-PB; **Kléber Sampaio Santiago**, brasileiro, casado, representante comercial, RG 1210961 – SSP-PB, CPF 486324224-72, residente e domiciliado à Rua Maria Vieira César,





# IGREJA NACIONAL DO SENHOR JESUS CRISTO EM CAMPINA GRANDE

## REFORMA ESTATUTÁRIA

### CAPÍTULO I

#### DENOMINAÇÃO, SEDE, E FINS

Artigo 1º - A Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo em Campina Grande é uma organização civil e religiosa, Cristã evangélica, sem fins lucrativos, com sustento, propagação e governo próprios, organizada em vinte e seis de maio de 2004, Av. Manoel Tavares, 1400, Bairro do Alto Branco, CEP 58401-490, Campina Grande.PB, composta de número ilimitado de membros, sem distinção de nacionalidade, cor, sexo ou condição social, crentes em Nosso Senhor Jesus Cristo, regenerados pelo Espírito Santo e batizados nas águas, por imersão, que aceitam como única regra de fé e prática a Bíblia Sagrada, e funcionará por tempo indeterminado, organizada e mantida de acordo com as disposições constitucionais da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (INSEJEC MUNDIAL), com sede e foro na cidade de Vicente Pires, Distrito Federal.

Art. 2º - A Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo em Campina Grande, doravante denominada pela sua sigla INSEJEC-CG, ou simplesmente Igreja neste Estatuto, tem por fim:

- I. Adorar a Deus e difundir o santo Evangelho do nosso Senhor Jesus Cristo, levando os seres humanos a aceitarem Sua graça redentora, recebendo-O como Senhor e Salvador, conforme o ensino das Escrituras Sagradas, sua única regra de fé e prática;
- II. devotar-se ao ensino da Palavra de Deus para a formação do caráter e adoção dos valores do Reino de Deus por parte dos discípulos, para que estes refitam o caráter de Cristo e realizem Sua missão;
- III. promover a restauração do homem, sem estratificação social, crendo na eficácia da Redenção, que é suficiente para projetar uma nova proposta de vida cristã, sendo reintegrado à sociedade e servindo como testemunho vivo do Poder de Deus;
- IV. promover assistência social e educacional, como uma decorrência implícita da própria atividade cristã, que irá resolver os problemas de ordem espiritual do homem, para que, não só estabeleça a sua relação com Deus, através de Jesus Cristo, mas também seja útil à própria sociedade em que vive;
- V. cultivar a fraternidade e a cooperação com as outras Igrejas da mesma fé e ordem, em toda a parte, e manter boas relações com outras denominações evangélicas, quando para isso não seja necessário desobedecer a qualquer preceito da Bíblia, nem ofender a consciência;
- VI. administrar seu patrimônio;
- VII. fundar, administrar e custear estabelecimentos educativos e obras de ação social e superintender, através de seus órgãos competentes, as obras desenvolvidas pelos departamentos internos e congregações.

PARAGRAFO ÚNICO - Para a consecução desses propósitos, a INSEJEC-CG- poderá criar outras entidades, as quais se regerão por estatutos próprios, que não poderão contrariar os termos nem o espírito deste Estatuto.

### CAPÍTULO II

#### DA FILIAÇÃO DENOMINACIONAL

Art. 3º. A Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo em Campina Grande é filiada à Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (INSEJEC MUNDIAL), entidade à qual está subordinada, doutrinária e eclesiasticamente, reconhecendo em seu Apóstolo-Presidente a cobertura apostólica da Igreja.

§ 1º - A INSEJEC em Campina Grande reconhece como fiel interpretação das Sagradas Escrituras seus termos de aliança e a Declaração de Fé, pelo que os adota inteiramente.

Maria Enaide R. de Brito  
ADVOGADA  
OAB/PB Nº 12691

§ 2º - A representação da Igreja nas Assembleias Gerais da INSEJEC MUNDIAL é feita através dos seus Pastores membros do Presbitério Mundial

§ 3º - A Igreja sujeitar-se-á às decisões tomadas pela Assembleia Geral, pela Diretoria Executiva e Conselho de Bispos da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo.

### CAPÍTULO III

## DA ORGANIZAÇÃO E DO GOVERNO

Art. 4º - A INSEJEC-CG, como administrativamente autônoma, reger-se-á pelo presente Estatuto.

Art. 5º - O governo da INSEJEC-CG é exercido no âmbito ministerial e administrativo, através do Conselho Ministerial, tendo no(s) Pastor(es) Sênior(es) seu(s) titular(es) e líder(es) espiritual(is) máximo(s), ocupando sempre, cumulativamente, as funções pastorais e de executivo maior da entidade, com a autoridade que a função ministerial lhe(s) outorga para conduzir(em) o rebanho de Deus, respeitados os termos desta Constituição e demais documentos da Igreja.

PARÁGRAFO ÚNICO - Com o propósito de permitir o cumprimento do preceito bíblico de dedicação ao ministério da oração e da Palavra e, ao mesmo tempo, velar por uma administração exemplar, no cumprimento das leis nacionais vigentes, o Pastor Sênior, ad-referendum do Conselho Ministerial, quando o tamanho da Igreja o justificar, poderá nomear um Diretor Administrativo e Financeiro para o desempenho das funções de caráter administrativo, financeiro, legal e contábil, a quem conferirá autoridade e plenos poderes para o exercício efetivo de suas funções, como seu representante, nos termos regimentais e desta Constituição.

Art. 6º - A Igreja é governada pelo Conselho Ministerial, presidido pelo Pastor Sênior, formado por pastores e líderes que sejam reconhecidos como exemplares na conduta e padrão de santidade, maturidade e formação de discípulos, cujas qualidades e funções são explicitadas no Regimento Interno.

PARÁGRAFO ÚNICO - Administrativamente a INSEJEC-CG será regida pelo presente Estatuto, Regimento Interno e demais deliberações de seus órgãos superiores em assembleias competentes, desde que não contrariem o teor desta lei maior, doutrinariamente, a Igreja adota a Declaração de Fé e Alianças da INSEJEC MUNDIAL, de quem é parte integrante, estruturalmente adota o modelo de Igrejas em células.

### CAPÍTULO IV

## DA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DOS DISCÍPULOS-MEMBRO

Art. 7º - É considerado membro da INSEJEC-CG o discípulo admitido por ocasião da organização da Igreja ou o convertido a Cristo, recebido por Batismo, transferência, aclamação e reconciliação.

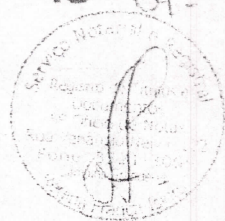
§ 1º - A aceitação de membros, chamados discípulos, se dará por aprovação do Conselho Ministerial da Igreja local, nos termos de seu Regimento Interno.

§ 2º - Nenhuma pessoa membro de sociedades secretas será admitida como membro efetivo da Igreja.

Art. 8º - Os membros não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais e financeiras da Igreja, nem participam de qualquer direito sobre seu patrimônio.

Art. 9º - Perderá a condição de membro da INSEJEC-CG aquele que:

- I. Solicitar seu desligamento por transferência para outra Igreja ou questões pessoais;
- II. Ausentar-se de suas atividades, sem comunicação, por um período superior a um ano ou incorrer em dupla filiação;
- III. Recusar-se a aceitar a disciplina formativa e corretiva da Igreja por conduta contrária à moral cristã.



### CAPÍTULO III

#### DO PATRIMÔNIO

Art. 17 - O patrimônio da INSEJEC-CG, que será aplicado exclusivamente na consecução de seus objetivos fundamentais, será formado por: valores, bens móveis e imóveis, adquiridos por quaisquer formas permitidas em direito, bem como rendimentos deles advindos;

Art. 18 - Os rendimentos da Igreja consistirão em dizimos e contribuições sistemáticas de seus membros, bem como em ofertas, doações, legados, títulos, apólices, ações, juros ou quaisquer outros proventos.

Art. 19 - Todos os bens e rendimentos da Igreja serão aplicados integralmente no Brasil, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos do artigo segundo, e pela maneira regulada neste Estatuto.

§ 1º - O movimento financeiro da INSEJEC-CG será feito através de instituições de crédito.

§ 2º - As contas bancárias, sempre abertas em nome da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo em Campina Grande, serão movimentadas pelo Presidente, em conjunto com o Tesoureiro ou o Diretor Administrativo e Financeiro, quando houver, ou, em seu impedimento, um procurador para tal constituído, sob indicação do Presidente.

Art. 20 - As movimentações patrimoniais, no que se refere à aquisição e venda de bens imóveis, serão de competência única e exclusiva do Presidente, ouvido o Conselho Ministerial e por este homologadas.

Art. 21 - O patrimônio da Igreja, caso ocorra cisão, ficará sob a guarda e usufruto da maioria, se ambas as facções se mantiverem fiéis à letra e espírito deste Estatuto e demais deliberações da Igreja; se houver apostasia ou desligamento da INSEJEC-CG, ainda que por parte do todo ou da maioria, nenhum direito patrimonial terá, ficando o patrimônio com a minoria fiel; no caso de desvio doutrinário de todos os membros, em que se comprove a oposição aos princípios da Igreja e se caracterize o desvirtuamento dos fins e práticas da Igreja, com a contrariedade à Declaração Doutrinária e Alianças da INSEJEC, o patrimônio e o nome da Igreja ficarão de posse da INSEJEC MUNDIAL, a qual os utilizará visando o restabelecimento da atividade da Igreja, na conformidade deste Estatuto. Para tal definição, será ouvido o Conselho de Bispos da INSEJEC, cuja decisão será inapelável e irreversível.

PARÁGRAFO ÚNICO: As contribuições e os bens de qualquer natureza, doados à Igreja por seus membros ou terceiros, não serão devolvidos ou restituídos.

Art. 22 - São responsabilidades financeiras da Igreja local:

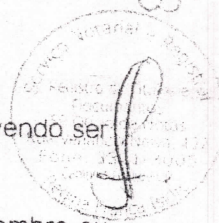
- I. O sustento condigno de seus Pastores e/ou Pastores auxiliares, nos termos das Sagradas Escrituras, de acordo com os preceitos da lei civil.
- II. O pagamento da contribuição mensal de 13% (treze por cento) de toda sua arrecadação por quaisquer meios lícitos, sendo de 5% (cinco por cento) para a INSEJEC MUNDIAL, 3% (três por cento) para Missões, 2% (dois por cento) para o Conselho de Bispos e 3% (três por cento) para a Escola de Formação de Ministros.

### CAPÍTULO VII

#### DO CONSELHO MINISTERIAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 23 - O Conselho Ministerial, identificado neste estatuto como Conselho, composto por um mínimo de três pessoas e um máximo de sete, com mandato de dois anos, é órgão administrativo, representativo e de governo da Igreja, a quem compete, sempre sob a liderança do(s) Pastor(es) Sênior(es), legislar e deliberar sobre os rumos da Igreja no cumprimento da Missão Integral, dentro do postulado por este Estatuto.

Handwritten signatures and stamps on the right margin, including a vertical stamp that reads "OAB-CE" and "12/15".



§ 1º - Os membros do Conselho serão indicados e mantidos na função pelo Pastor Sênior, devendo ser homologados pela Assembléia Geral da Igreja.

§ 2º - A substituição ou remoção dos membros do Conselho acontecerá por solicitação do membro ou por iniciativa do Pastor Sênior, ouvido o Conselho Ministerial e ratificado pela Assembléia Geral.

§ 3º - A Assembléia Geral que tratar do parágrafo anterior deverá ser convocada com quinze dias mínimos de antecedência, com a presença da maioria absoluta dos discípulos-membro, em primeira convocação, e por qualquer número dos presentes em segunda convocação, meia hora depois, por voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes credenciados.

Art. 24 - O Conselho Ministerial reunir-se-á nos interregnos da Assembléia Geral para decidir questões de urgência, em caráter extraordinário, ad-referendum da mesma, quando convocado pelo Presidente, por deliberação própria, ou a requerimento de um terço dos seus membros, ou ainda por convocação do Conselho de Bispos da INSEJEC, na pessoa do seu Presidente ou seu representante, nos termos regimentais.

Art. 25 - O quorum do Conselho Ministerial é formado por metade mais um dos seus membros, podendo, em se tratando de questões burocráticas, reunir-se o Presidente ou seu substituto legal, apenas com o Secretário.

Art. 26 - A Diretoria Executiva do Conselho Ministerial, eleita pela Assembléia Geral Ordinária, com mandato de dois anos, será composta de: Um Presidente, que será sempre o Pastor Sênior da Igreja, um Vice-Presidente, quando o tamanho da Igreja o justificar, um Secretário e um Tesoureiro.

§ 1º: A Diretoria Executiva do Conselho é a única responsável por responder diante dos Poderes Civis e em Juízo, ficando os demais membros do Conselho, isentos de tal responsabilidade.

§ 2º - Os membros do Conselho Ministerial, na qualidade de administradores da INSEJEC-CG, respondem objetivamente por seus atos quando exorbitarem ou praticarem excessos no exercício de suas funções.

Art. 27 - As atribuições da Diretoria Executiva do Conselho Ministerial, além das que lhe são próprias como diretoria administrativa da Igreja, são as seguintes:

- I. Representar a Igreja perante o poder civil através de seu Presidente;
- II. nomear e demitir funcionários da Igreja;
- III. administrar a Igreja de conformidade com as suas finalidades e com a legislação em vigor;
- IV. planejar e coordenar as atividades gerais da Igreja, mediante um plano de objetivos e um calendário de atividades fixado anualmente, obedecendo às recomendações denominacionais, bem como reuniões periódicas visando a conclusão de seus objetivos;
- V. discutir e aprovar o valor da prebenda a ser paga ao Pastor da Igreja, de acordo com recomendações da Diretoria Executiva da INSEJEC MUNDIAL;
- VI. recomendar à Assembléia Geral a aprovação do relatório do movimento financeiro, depois de ouvida a comissão de exame de contas;
- VII. dar à Assembléia Geral informações sobre o movimento geral eclesiástico.

PARAGRAFO ÚNICO - No exercício de suas atribuições administrativas, nenhum membro do Conselho será remunerado, nem fará jus a qualquer parcela do patrimônio da Igreja ou de suas rendas.

Art. 28 - O Presidente da Diretoria Executiva é o Pastor Sênior e tem votos de quantidade e qualidade e de sua competência:

- I. Exercer as funções que o Novo Testamento estabelece para os pastores;
- II. convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Ministerial;
- III. representar a Igreja em juízo e fora dele, judicial e extra-judicialmente, bem como junto às Assembléias da INSEJEC MUNDIAL e outros órgãos denominacionais;
- IV. contratar profissionais técnicos sempre que necessário;

- 45-06
- V. outorgar procuração "ad judicium" aos profissionais do Direito;  
VI. nomear pastores auxiliares para ajudá-lo no desempenho de suas funções ministeriais e substituí-los quando julgar necessário, inclusive os dirigentes de congregações;  
VII. tomar ou determinar quaisquer outras providências inerentes ao seu cargo.

Art. 29 - Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em seus impedimentos e assisti-lo, sempre que for solicitado por ele.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Presidente, na ausência de um Vice-Presidente, pode delegar a qualquer membro do Conselho Ministerial substituí-lo em seus impedimentos, bem como, em qualquer tempo, atribuir funções aos membros do Conselho para o cumprimento dos fins da Igreja.

Art. 30 - Ao Secretário compete:

- I. Lavrar as Atas das Assembléias Gerais e do Conselho Ministerial, assinando-as com o Presidente;
- II. assinar com o Presidente e o Tesoureiro os documentos da alienação de bens;
- III. manter em dia o arrolamento de membros, expedindo e recebendo cartas de transferência, anotando entrada e saída de discípulos-membro;
- IV. fazer a correspondência do Conselho e da Assembléia Geral;
- V. manter atualizado o arquivo de documentos e anexos referentes às Assembléias;
- VI. manter em dia as Atas, os Termos, registros de casamentos, de presenças e documentos diversos;
- VII. providenciar o registro de documentos junto ao Cartório competente e arquivá-los no escritório da Igreja.

Art. 31 - Ao Tesoureiro, compete:

- I. Receber a renda financeira da Igreja e responsabilizar-se pela sua guarda e movimentação;
- II. efetuar os pagamentos regulares e os autorizados pelo Presidente ou pelo Conselho;
- III. ter as contas em ordem e em dia, e apresentá-las com o respectivo balancete e documentos, sempre que lhe requeira o Conselho;
- IV. abrir, movimentar, assinando junto com o Presidente e encerrar contas bancárias em nome da Igreja;
- V. assinar com o Presidente cheques e títulos e documentos diversos junto às instituições bancárias e financeiras;
- VI. assinar com o Presidente e o Secretário, documentos de aquisição, oneração ou alienação de bens.

## CAPÍTULO VIII

### DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 33 - Para tratar dos assuntos que interessam à sua existência e à sua administração, a INSEJEC-CG se reunirá em Assembléia Geral, que é o poder soberano da Igreja, constituída dos seus membros civilmente capazes, sendo seu Presidente e Secretário os mesmos do Conselho Ministerial.

Art. 34 - A Assembléia reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada dois anos, para ouvir o relatório do movimento eclesialístico e nomear uma comissão idônea para proceder ao exame das contas e documentos da tesouraria da Igreja e, extraordinariamente, quando o Conselho Ministerial a convocar, ou quando a ele for apresentado requerimento subscrito por um quinto (1/5) dos discípulos-membro em plena comunhão.

§ 1º - Ouvida a Comissão de Exame de Contas, compete ao Conselho Ministerial e Assembléia Geral a sua aprovação preliminar, que será confirmada após auditoria especializada.

§ 2º - Nas reuniões extraordinárias só podem ser tratados os assuntos que as tiverem motivado, os quais devem ser claramente indicados na convocação.

Marilene de Brito  
ADVOGADA  
OAB-PB Nº 12691

§ 3º - As reuniões serão convocadas pelo Presidente, ou, em seus impedimentos, pelo seu substituto legal, pelo menos com sete dias de antecedência, sendo de vinte e um dias para a reunião que tratar da emenda ou reforma do Estatuto.

Art. 35 - As assembleias ordinárias e extraordinárias serão instaladas com um quorum de metade mais um dos discípulos civilmente capazes, em primeira convocação; 30 (trinta) minutos após, em segunda convocação, com um quorum de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) desses discípulos, e vencidos os prazos, com os membros presentes, sendo as decisões aprovadas por maioria absoluta dos membros presentes, salvo exceções estabelecidas neste Estatuto.

Art. 36 - Compete à Assembleia: a) Ratificar a nomeação de Pastores seniores e membros do Conselho Ministerial; b) Eleger a Diretoria Executiva do Conselho Ministerial; c) deliberar sobre a sua incorporação em pessoa jurídica e aprovar, emendar ou reformar o Estatuto; d) aprovar matérias de interesse da Igreja, encaminhadas pelo Conselho; e) ratificar a substituição ou destituição dos administradores.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para as deliberações a que se referem os incisos a e c, será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para este fim.

## CAPÍTULO IX

### DO MINISTÉRIO PASTORAL

Art. 37 - O Pastor Sênior da INSEJEC-CG será nomeado, transferido, disciplinado ou demitido pelo Conselho de Bispos, na pessoa do seu Apóstolo-Presidente ou seu representante legal, ouvido o Conselho Ministerial da Igreja, devendo ser ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária da INSEJEC-CG, especialmente convocada para este fim, com um quorum de ¾ (três quartos) dos membros civilmente capazes.

§ 1º - A INSEJEC-CG não poderá integrar em seu Conselho Ministerial, Pastores não devidamente credenciados pelo Conselho de Bispos e/ou pelo Apóstolo-Presidente, bem como manter na função aquele que venha a ter sua credencial suspensa ou cassada pelo mesmo.

§ 2º - As ordenações ao santo Ministério da Palavra, em seus diversos ofícios, serão sempre feitas em Concílio do Presbitério da INSEJEC, nos termos do Regimento interno.

§ 3º - O Pastor Sênior, que deverá sempre ser membro do Presbitério da INSEJEC, caso decida, por algum motivo, se desvincular da Igreja, não poderá reivindicar quaisquer direitos patrimoniais, ministeriais ou de qualquer sorte sobre a congregação.

§ 4º - Em consonância com a visão celular, em se tratando de casal de Pastores assumirem a liderança da Igreja, os dois serão considerados Pastores Seniores.

## CAPÍTULO X

### DA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E DISSOLUÇÃO

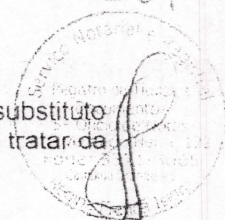
Art. 38 - Esta Constituição, uma vez aprovada, entra em vigor na Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo em Campina Grande, não podendo ser emendada ou reformada, senão por iniciativa do Conselho Ministerial, ouvida a Diretoria Executiva da INSEJEC, através da Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, com vinte e um dias mínimos de antecedência, com a presença da maioria absoluta dos discípulos-membro, em primeira convocação, e pelo menos um terço (1/3) na convocação seguinte, por voto favorável de 2/3 (dois terços) dos presentes credenciados.

§ 1º - Nenhuma alteração estatutária poderá ser feita em menos de um ano de uma cisão ou dissolução da Igreja, sob pena de nulidade.

§ 2º - Não são passíveis de reforma os artigos primeiro, terceiro, com seus parágrafos e o vinte e um.

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



*[Assinatura]*  
PROCURADOR

04.08.2012